



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 16960/2024

Altera a redação de dispositivos da Lei nº 9003, de 29 de agosto de 2011, relativos ao Conselho Municipal de Turismo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9003, de 29 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo de Maringá é órgão propositor, consultivo, fiscalizador, deliberativo e mobilizador das questões referente ao turismo, tendo por finalidade ser consultado, participar e auxiliar na formulação, no acompanhamento e na avaliação dos planos, programas, projetos e atividades derivados da Política Municipal de Turismo no Município de Maringá.

Art. 2º Os incisos I, II, III, IV e VI do art. 2º da Lei nº 9003, de 29 de agosto de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

I - sugerir, discutir e formular propostas para o planejamento e execução da Política Municipal de Turismo em Maringá;

II - acompanhar as ações e fornecer subsídios para eventuais ajustes, assegurando a transparência do processo de execução da Política Municipal de Turismo;

III - analisar e propor soluções para assuntos de interesse do turismo no Município de Maringá;

IV - sugerir o aprimoramento de procedimentos relativos à execução da Política Municipal de Turismo, visando à ética e à sustentabilidade da atividade turística;

(...)

VI - apoiar e fiscalizar as ações do Órgão Oficial de Turismo do Município na execução e consolidação da Política Municipal de Turismo;

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 9003, de 29 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

I - manter intercâmbio com os Conselhos Federal e Estadual de Turismo, além de órgãos afins;

II - propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor de turismo;

III - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área de turismo;

IV - propor e acompanhar, em parceria com o Órgão Oficial de Turismo do Município, eventos, conferências, simpósios, mostras e ou congressos específicos de turismo;

V - elaborar, alterar e aprovar, para votação, o Regimento Interno de Conselho Municipal de Turismo – CM;

VI - participar e propor diretrizes à Política Municipal de Turismo;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados ao turismo;

VIII - acompanhar a elaboração e opinar sobre a proposta orçamentária do Município de Maringá para o turismo;

IX - opinar, perante os poderes públicos, sobre os atos legislativos e regulamentadores concernentes ao turismo.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Turismo de Maringá não possui natureza executiva e sim articuladora, por meio das entidades que o compõem e seus representantes.

Art. 4º O inciso I do art. 7º da Lei nº 9003, de 29 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º (...)

I - eleger a diretoria e seus integrantes;

Art. 5º O caput do art. 10 da Lei nº 9003, de 29 de agosto de 2011, passa a vigorar com a

seguinte redação:

Art. 10. O Órgão Oficial de Turismo do Município prestará ao Conselho Municipal de Turismo apoio administrativo para execução dos seus trabalhos, em que se compreendem:

(...)

Art. 6º Ficam revogados os artigos 3º, 6º e 9º da Lei nº 9003, de 29 de agosto de 2011.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, data da assinatura.

ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico a criação do documento Projeto de Lei nº 16960/2024, de autoria do Poder Executivo, cujo conteúdo foi encaminhado a esta Casa de Leis via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para fins de numeração desta proposição legislativa e tramitação eletrônica.

Antonio Mendes de Almeida - Seção de Arquivo e Informações



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Mendes de Almeida, Coordenador da Seção de Arquivo e Informações**, em 16/04/2024, às 15:38, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0337657** e o código CRC **22A84341**.